

**I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE
DIREITO E SAÚDE**

MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3

08 a 10 de Novembro de 2019

ASPEPB
ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES
DE EPILEPSIA DA PARAÍBA



**ANAIS DO I
CONGRESSO
PARAENSE
MULTIDISCIPLINAR
DE DIREITO E
SAÚDE**

ISBN: 978-85-92752-45-3

MARABÁ - PARÁ – BRASIL

ASPEPB, 2019.

MARABÁ - PARÁ - BRASIL

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Anais do I Congresso Paraense Multidisciplinar de Direito e Saúde
(1: 2019, MARABÁ-PA)
il.; color.

Associação dos Portadores de Epilepsia do Estado da Paraíba [Editora] João Hercules
Bezerra Gomes [Organizador]; Eduardo da Silva Pereira [Organizador]; Ingrid Mikaela
Moreira de Oliveira [Organizadora]; Auditório do Centro Universitário Pitágoras,
Marabá - PA, 2019.

PUBLICAÇÃO DIGITALIZADA



1. Congresso 2. Multidisciplinar 3. Direito e Saúde
I. Título

**I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE
DIREITO E SAÚDE**

MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3

08 a 10 de Novembro de 2019

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

ISBN: 978-85-92752-45-3

INSTITUIÇÃO PROMOTORA DO EVENTO

**Associação Dos Portadores De Epilepsia Do Estado Da
Paraíba (ASPEPB)**

ORGANIZADOR DO EVENTO

João Hercules Bezerra Gomes

COORDENADORES DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Jackeline Driely Pinho Lobato

Eduardo da Silva Pereira

ORGANIZADOR DOS ANAIS

Eduardo da Silva Pereira

Cícera Natália da Silva Rodrigues

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Auditório do Centro Universitário Pitágoras

Marabá - PA

08 a 10 de Novembro de 2019

MARABÁ - PARÁ - BRASIL

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

ASPECTOS ÉTICOS DO ATENDIMENTO GINECOLÓGICO NA ADOLESCÊNCIA

¹Gisele Rodrigues de Carvalho Oliveira

²Hugo Santana dos Santos Junior

³Analécia Damaris da Silva Alexandre

⁴Jose Antônio Cordero da Silva

⁵Jaqueline Miranda de Oliveira

1- Mestranda do Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE),
UEPA-Campus II, Belém Pará, e-mail: hugojuniorbs@bol.com.br

Introdução: A organização Mundial de Saúde (OMS) considera adolescência o período compreendido de 10 a 19 anos, sendo dividida em adolescência inicial, adolescência média e adolescência tardia. Estudos demonstram que é entre a adolescência média e tardia que as mulheres vivenciam suas primeiras experiências sexuais, aproximadamente aos 15 anos de idade, esse processo têm acontecido cada vez mais precocemente, evidências disso são estudos realizados pelo Ministério da Saúde brasileiro (MS) onde, a idade média do início da vida sexual foi 15.3 entre homens e mulheres. Dessa maneira, evidencia-se a importância de um acompanhamento médico especializado durante esse período, pesquisas revelam que há necessidades entre os adolescentes acerca do incentivo para realização de sua primeira consulta ginecológica o mais cedo possível, alcançando assim a promoção de uma vida sexual saudável.

Objetivos: identificar o quantitativo de atendimentos médico-ginecológico de adolescentes do sexo feminino, aspectos éticos e dados como idade e principais interferências que causam a falta de adesão a consulta. **Metodologia:** relato de experiência dos atendimentos ginecológicos realizados na rede municipal de saúde de Marabá, ambulatório de ginecologia do Centro de Referência Integrado à Saúde da Mulher, de fevereiro à maio de 2019. **Relato de experiência:** dados obtidos demonstram um total de 96 atendimentos de adolescentes neste período, sendo 15 de 10 a 13 anos de idade, 32 na faixa etária de 14 a 16 anos, e de 17 a 19 anos de idade 49 atendimentos foram realizados, o estudo proporcionou a avaliação do atendimento ginecológico na adolescência, identificando os fatores relevantes para procura tardia e conduta médica com embasamento ético no atendimento ginecológico, os principais empecilhos para a adesão do atendimento ginecológico foram: medo, insegurança de sigilo, confiabilidade prejudicada, ansiedade dentre outros, na consulta do adolescente, o ginecologista deve evitar julgamento de valor para que consiga uma boa relação médico/paciente. **Conclusão:** o estudo proporcionou identificar as principais queixas e aflições que configuram situações conflituosas no atendimento do adolescente em relação à ética e ao direito de privacidade, compreensão das principais causas para a adesão tardia da consulta ginecológica, e mapeamento das faixas etárias de maior quantitativo em todo o público atendido.

Palavras-Chave: Ética; direito; adolescência, saúde; ginecologia.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

ASSOCIAÇÃO ENTRE PACIENTES COM TALASSEMIA MAJOR EM TERAPIA DE TRANSFUSÃO SANGUÍNEA E ALTERAÇÕES ECOCARDIOGRÁFICAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Adria Lorena de Aquino Melo

Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

E-mail: adrialorena31@gmail.com

Introdução: Existem duas condições básicas que podem ser responsáveis pelo comprometimento da função cardíaca em portadores de Talassemia major (TM): a anemia e a hemocromatose. Devido às graves deficiências na produção de glóbulos vermelhos, a transfusão de sangue é realizada, mas causa complicações adicionais devido à sobrecarga de ferro (FAROOQ et al, 2018). O estudo Doppler ecocardiográfico vem exercendo papel fundamental na avaliação da função ventricular diastólica (RODRIGUES et al, 2011).

Objetivo: Identificar na literatura científica e sistematizar aspectos relevantes sobre a associação entre pacientes com talassemia major em terapia de transfusão sanguínea e alterações ecocardiográficas. **Metodologia:** Revisão de literatura nas bases de dados Google Acadêmico, Medline, PubMed e Scielo com os descritores *hemocromatose*, *talassemia major* e *alterações ecocardiográficas* publicados entre 2002 e 2019. **Revisão de Literatura:** Em pacientes com TM, a deposição de ferro no miocárdio é um dos principais fatores envolvidos com a disfunção diastólica do ventrículo esquerdo, e que, somado aos fatores imunogenéticos, leva à disfunção sistólica do ventrículo esquerdo (KARAMANOU, 2013). Constatou-se que a maioria dos pacientes com TM e insuficiência cardíaca apresentavam severa disfunção cardíaca direita, independentemente das pressões arteriais pulmonares. Como é revelado em necropsias, na TM, ambos os ventrículos são afetados de forma igual, com hipertrofia e alteração nos cardiomiócitos, assim como necropsia focal (HAHALIS, 2002). No estudo de Mancuso (2018), constatou-se dilatação de ventrículo esquerdo, átrio direito e esquerdo, associado a leve ou moderada regurgitação mitral e tricúspide. Cabe ressaltar, no entanto, que estudos recentes demonstraram que a sobrecarga de ferro no miocárdio não é o único mecanismo causador de insuficiência cardíaca nos pacientes com β -talassemia maior, sendo outras causas hipotéticas: cardiomiopatia diabética e fibrose cardíaca devido a infecção por HCV, apesar de que a sobrecarga de ferro é considerada o fator desencadeante da insuficiência cardíaca nesses pacientes (DI ODOARDO, 2017). **Conclusão:** Os estudos indicam que a hemocromatose originada pela hipertransfusão sanguínea dos pacientes com TM alteram a função e morfologia cardíaca o que implica cuidados adicionais a estes pacientes para aumentar a sobrevida e a qualidade de vida.

Palavras-Chave: Hemocromatose; Talassemia Major; Alterações Ecocardiográficas

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

HEMOCROMATOSE EM PACIENTES COM TALASSEMIA MAJOR EM TERAPIA TRANSFUSIONAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Adria Lorena de Aquino Melo

Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

E-mail: adrialorena31@gmail.com

Introdução: Portadores de Talassemia major (TM) necessitam de transfusões múltiplas de hemácias a cada 2 a 4 semanas desde os primeiros meses de vida, levando à sobrecarga de ferro em órgãos e tecidos como o coração, fígado, glândulas e pele (RODRIGUES et al., 2013). A sobrecarga do mineral é a hemocromatose, que atinge diferentes órgãos causando disfunção (POWELL, SECKINGTON e CDEUGNIER, 2016) . **Objetivo:** Identificar na literatura científica e sistematizar aspectos relevantes sobre hemocromatose em pacientes com talassemia major em terapia transfusional. **Metodologia:** Revisão de literatura nas bases de dados Google Acadêmico, Medline, Pubmed e Scielo com os descritores *hemocromatose*, *talassemia major* e *terapia transfusional* publicados entre 2012 e 2019. **Revisão de Literatura:** Pacientes talassêmicos em terapia transfusional adquirem 8-16 mg de ferro/dia em uma unidade de sangue contendo 200-250 mg de ferro. Já um indivíduo que não realiza transfusões sanguíneas absorve 1-2 mg/dia. Os macrófagos armazenam o excesso de ferro na forma de ferritina, porém a persistência da sobrecarga provoca o armazenamento nos hepatócitos, miócitos e células endócrinas (EVANGELISTA, 2013). O coração é mais suscetível ao efeito tóxico do ferro pela reduzida produção de ferritina no órgão (RODRIGUES et al., 2013). Em pacientes com TM foi constatada dilatação de ventrículo esquerdo, átrio direito e esquerdo, com presença de leve ou moderada regurgitação mitral e tricúspide, fatores predisponentes de insuficiência cardíaca e inversão da onda T em V2 e baixas voltagens no eletrocardiograma (MANCUSO, 2018). O manejo de pacientes portadores da doença é direcionado a evitar o acúmulo de ferro transfusional a partir dos exames: ferritina sérica, índice de saturação da transferrina, concentração hepática de ferro e concentração miocárdica de ferro. A terapia com quelante de ferro é iniciada de acordo com os resultados desses exames (BRASIL, 2016). Em pacientes em terapia e que uso de quelantes de ferro é ineficaz, tem alta taxa de mortalidade nos períodos de fim da infância e o início da adolescência (ABRASTA,2016). **Conclusão:** Notou-se que os portadores de TM precisam ter cuidados além das consequências da doença, esses devem ser observados sobre os efeitos do tratamento com o intuito de evitar a hemocromatose.

Palavras-Chave: Hemocromatose; Talassemia major; Terapia Transfusional

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

O ACESSO A REDE DE APOIO NO CUIDADO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Gabriel Vinícius Reis de Queiroz
Tatiane Bahia do Vale Silva

Acadêmico de Fisioterapia da Universidade da Amazônia, na cidade de Belém/PA.
Contato/Email: gabrielviniciusreis@outlook.com .

Introdução: A população em situação de rua pode ser considerada uma manifestação de questões sociais, que retratam a desigualdade e a supervalorização do capital em detrimento ao respeito aos direitos básicos do ser humano, como a saúde. **Objetivo:** Realizar uma revisão narrativa da literatura sobre o acesso a rede de apoio no cuidado à saúde pela população em situação de rua. **Metodologia:** A revisão foi realizada na busca de estudos que abordam informações pertinentes sobre a garantia do direito e o acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua. A coleta de dados ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2019, através de busca online nas seguintes bases de dados: LILACS, PUBMED e SciELO, utilizando os descritores Acesso, População em Situação de Rua e Serviços de Saúde. **Revisão de Literatura:** Identificou-se 84 estudos. Desses, foram selecionados 07 artigos completos que se enquadraram a pesquisa. Constatou-se a necessidade da assistência à saúde respeitar a singularidade das pessoas em situação de rua. Identificou-se que a rede socioassistencial tem sido muitas vezes a porta de entrada da população em situação de rua aos serviços de saúde pública. Detectou-se que o acesso a rede de cuidados à saúde por este grupo social sofre influências de estigmas, da burocratização dos serviços de saúde, da fragilidade das redes de atenção ao cuidado, e do desconhecimento de profissionais de saúde das políticas de garantias de direitos da população em situação de rua. **Conclusão:** Conclui-se que o fortalecimento da rede intersetorial é fundamental para viabilizar a garantia do direito e do acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua. É necessário uma visão ampla de saúde para o planejamento nas redes de cuidado, considerando os determinantes sociais no processo saúde doença, além de executar ações de promoção de saúde e educação permanente para reduzir os fatores negativos que podem influenciar no acesso à rede de cuidados pelas pessoas em situação de rua.

Palavras-Chave: Acesso; População em Situação de Rua; Serviços de Saúde.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

PREVENÇÃO DE AGRAVOS E PROMOÇÃO DE SAÚDE ACERCA DA EXPOSIÇÃO SOLAR JUNTO A AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF) NO BAIRRO CONDOR, EM BELÉM DO PARÁ

Adria Lorena de Aquino Melo

Lidiane Assunção de Vasconcelos

Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

E-mail: adrialorena31@gmail.com

Introdução: Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) estão expostos ao sol e calor excessivo devido as atividades externas da unidade de saúde (RIBEIRO, 2017). Frequentemente, esses profissionais não recebem materiais para se proteger da exposição solar, o que aumenta a incidência dos agravos (GOMES *et al.*, 2009). **Objetivo:** Trata-se de um relato de experiência realizada em junho de 2018 com a participação dos ACS da Unidade de Saúde da Família (ESF) da Condor (Belém) a fim de reforçar a importância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para evitar agravos decorrentes da exposição solar no trabalho. **Metodologia:** O ponto de partida foi a coleta de dados sobre os ACS acerca da exposição solar. Realizou-se uma roda de conversa utilizando a dinâmica Árvores de Problemas. Houve a participação do representante convidado do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Aplicou-se um novo questionário para verificar o valor da ação para os ACS. **Relato de Experiência:** O primeiro questionário revelou que a maioria dos ACS já apresentava sinais de agravos decorrentes da exposição solar (93%), uso inadequado dos EPIs e rende familiar bruta em torno de 1,7 salários mínimos. Na roda de conversa objetivou-se promover maior conscientização das consequências da exposição solar e também amenizar os riscos mediante o uso de EPIs. A dinâmica sucedeu-se com debate entre os trabalhadores e o representante do CEREST, que esclareceu os agravos da exposição solar e incentivou o empoderamento dos ACS para cobrar o cumprimento da legislação que os garante fornecimento dos equipamentos de proteção individual. No segundo questionário todos relataram que após a ação sentiram-se mais informados sobre os agravos e classificaram a ação de moderadamente esclarecedora a muito esclarecedora. Todos os ACS responderam que as informações transmitidas foram engajadoras para melhoria da qualidade profissional. **Conclusão:** Observou-se associação entre a atividade desenvolvida pelos ACS e a presença de danos à saúde dos mesmos, além de salários que não permite o autofinanciamento de seus EPIs. Assim, o descompasso entre a correta disponibilidade e o acesso aos EPIs pelos trabalhadores culmina em esses trabalhadores paradoxalmente tem sua própria saúde desassistida e negligenciada.

Palavras-Chave: Agente Comunitário de Saúde; Exposição Solar; Agravos

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

A APROPRIAÇÃO DA CANNABIS COMO RECURSO NATURAL: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

GT4: Democracia, Sustentabilidade e Novas Tecnologias

Herbert Maracaípe Mendes
Amintas Lopes da Silva Junior
Evelyn Lopes Freires

Acadêmico do 6º semestre do curso de Direito na Faculdade de Carajás, Marabá-PA.
E-mail: herbert.maracaibe@gmail.com

Introdução: diante de mudanças mundiais no quadro político no que tange a maconha, diversos países têm modificado a forma como lidar com o tema, flexibilizando suas legislações quanto ao uso e cultivo e implementando leis que trazem a sua ressignificação para a legalidade (GODOY, 2018). **Objetivo:** propor um debate sobre do uso da *cannabis sativa* L. como biorrecurso, tendo a possibilidade de formação de mercados e grande capacidade de gerar renda e “desenvolvimento local sustentável”¹. **Metodologia:** no intuito de compreender melhor os conceitos relacionados no presente trabalho, realizou-se uma breve revisão bibliográfica. **Revisão de Literatura:** a planta “*Cannabis sativa*”² conhecida popularmente como maconha, possui uma eficiência significativa no tratamento de várias doenças como epilepsia, HIV, câncer, parkinson, e Autismo. Além disso, é excelente na produção de plásticos biodegradáveis, biodiesel, produtos alimentícios, produção de papel e como fitorremediador. Para todas estas aplicações, o uso da planta exige minimamente nutrientes e água, dispensando a utilização de agrotóxicos (ROBINSON, 1999). **Conclusão:** o cultivo da cannabis no Brasil é um caso de urgência econômica, de saúde pública e ambiental, que deve ser discutido e trazido para a realidade, sanando lacunas que a desinformação e os tabus construíram no decorrer da história da criminalização da planta.

Palavras-Chave: cannabis; criminalização; recurso natural; Brasil.

¹Está condicionado ao poder de mobilização e articulação dos atores sociais e da capacidade apresentada pelos mesmos em pensar o local de forma integrada, a fim de que os recursos locais sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas específicas sob três perspectivas: endógena; integrada e sustentável (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2009).

²Carl Sagan diz ironicamente que na história da humanidade o cultivo da *Cannabis*, possivelmente conduziu à invenção da agricultura, e consecutivamente, à civilização (CORRÊA, 1926, p.470).

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

ESTUDO POR AMOSTRAGEM: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PACIENTE VIVENDO COM HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Maurícia Macedo Ramalho

Thais Thimoteo Santos

Antonio Carlos de Sousa Gomes Junior

Rafael Oliveira Chaves

Mestranda da Universidade Estadual do Pará, Marabá-PA

E-mail: mauriciavigili@hotmail.com

Introdução: O direito ao transporte tem papel imprescindível para melhoria de condições de mobilidade urbana, e, conseqüentemente, aumentar o acesso democrático das pessoas à cidade, diminuindo dessa forma as desigualdades sociais, principalmente em relação aqueles com menos recursos financeiros, na perspectiva de que necessitam de condições mínimas de subsistências, a exemplo, das pessoas vivendo com HIV/AIDS hipossuficientes. **Objetivo:** Identificar os meios de transporte utilizados pelos clientes que vivem com HIV/AIDS do Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá, elencar suas principais dificuldades em relação aos meios de transportes públicos e sugerir medidas para melhoria do acesso aos serviços de saúde do CTA. **Metodologia:** O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, na qual foi aplicado um questionário aos clientes que vivem com HIV/AIDS no Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá (CTA). Aplicado de forma aleatória no período do mês de Março de 2019, durante o atendimento diário. **Resultado:** Identificou que as paradas de ônibus em sua maioria apresenta uma boa estrutura, no entanto a segurança praticamente não existe. Outro fator que dificulta o acesso é o tempo transcorrido entre um coletivo e outro para acesso a cidade, além da distância que é percorrida até o centro, e na maioria das vezes esses transportes apresentam condições precárias para circulação. Lamentavelmente essas problemáticas identificadas contribuem para desistência do tratamento dos usuários do CTA/SAE. **Conclusão:** Evidencia-se que o atual modelo de mobilidade urbana do Município de Marabá provoca situações que dificultam a garantia de acesso a direitos essenciais. Faz-se necessário o reconhecimento dessa realidade, pois ela denota a urgência da constituição de processos voltados à mudança dos espaços urbanos, incluindo as ruas, em locais mais igualitários que criem oportunidades reais às parcelas excluídas da população.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana; paciente vivendo com HIV/AIDS; Dificuldades de acesso.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

HABEAS CORPUS PREVENTIVO: ÚNICA ALTERNATIVA PARA O AUTOCULTIVO DE CANNABIS COM FINS MEDICINAIS NO BRASIL

GT1: Direito Civil e Processo Civil

Herbert Maracaípe Mendes

Thiago Tadeu de Amorim Carvalho

Acadêmico do 6º semestre do curso de Direito na Faculdade de Carajás, Marabá-PA.

E-mail: herbert.maracaípe@gmail.com

Introdução: A legislação nacional classifica a maconha como droga ilícita e proíbe a produção, distribuição, aquisição e posse. No entanto, a cannabis é utilizada atualmente com fins terapêuticos no tratamento de várias doenças, como: epilepsia, HIV e cancer (ROBINSON, 1999). **Objetivo:** propor um debate acerca da problemática da utilização do habeas corpus preventivo como única possibilidade de pacientes obterem autorização do Estado para o autocultivo de cannabis com fins medicinais sem o cerceamento de sua liberdade. **Metodologia:** no intuito de elucidar melhor os conceitos relacionados ao tema de pesquisa, realizou-se uma breve revisão bibliográfica. **Revisão de Literatura:** na Constituição cidadã, o *habeas corpus* está previsto no inciso LXVIII do artigo 5º: e para torná-lo acessível a todos, o inciso LXXVII do mesmo artigo prevê sua gratuidade, utilizável por nacional ou estrangeiro (BRASIL, 1988). Os pressupostos para sua propositura são: ilegalidade ou abuso de poder, seja por autoridade pública, ou particular (SYLVIA, 2019). **Conclusão:** na ausência de regulamentação legislativa e sendo o Habeas Corpus a única forma de alcançar a garantia constitucional à liberdade com o cultivo da planta (em razão do direito à saúde, melhor qualidade de vida e cidadania), àquele não tem atingido sua máxima efetividade, pois apenas uma parcela mínima da sociedade brasileira, gozam deste direito devido às exigências impostas para impetrar tal remédio constitucional com esta finalidade. Logo, tem-se a necessidade de um debate sobre a desburocratização do autocultivo a fim de que permita o acesso isonômico aos pacientes das diversas patologias tratadas à base da cannabis.

Palavras-Chave: *Habeas Corpus*; cannabis; autocultivo; território brasileiro.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA EM PACIENTE COM DIAGNÓSTICO DE PARKINSON: UM RELATO DE CASO

Rayssa Da Silva Araújo

Bianca Lethycia Cantão Marques

Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Pitágoras, Marabá-PA.

E-mail: araujorayssa2@gmail.com

Introdução: A doença de Parkinson (DP) é uma afecção que acomete o sistema nervoso central em decorrência da diminuição ou deficiência do neurotransmissor dopaminérgico no gânglio da base, ocasionando disfunção na coordenação e em movimentos musculares.

Objetivo: Relatar o caso e as condutas realizadas em uma paciente com diagnóstico de DP, assim como demonstrar a evolução após a intervenção fisioterapêutica. **Metodologia:** O relato de caso foi feito de uma paciente atendida na clínica escola de fisioterapia do Centro Universitário Pitágoras de Marabá no período de abril a setembro de 2019, as buscas de artigos para embasamento deste estudo foram pesquisadas no *Google* acadêmico com ano de publicação a partir de 2011. Para coleta de dados foram usados dados do prontuário da paciente incluindo anamnese, exame físico, objetivo e conduta de tratamento. **Descrição do Caso**

Clínico: Paciente G.D.O.G., 70 anos de idade, sexo feminino, apresentando como queixa principal a falta de equilíbrio e tremores em MID, quanto ao protocolo de atendimento, foram realizadas 3 sessões semanais, com a duração de 60 minutos, totalizando ao todo 45 sessões. Conforme os achados na avaliação fisioterapêutica foram traçados objetivos com a finalidade de aumentar a amplitude de movimento em MMSS e MMII, retardar o surgimento de contraturas e deformidades, fortalecer a musculatura dos MMII, treinar marcha coordenação e equilíbrio e orientar sobre execução de atividades em domicílio. **Conclusão:** O tratamento fisioterapêutico influenciou de forma positiva promovendo melhorias no quadro clínico da paciente, resultando em aumento no grau de força muscular, melhora dos reflexos posturais, equilíbrio e coordenação.

Palavras-Chave: Doença de Parkinson; Tratamento; Intervenção; Fisioterapia.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO: PERFIL DE ADESÃO AOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Hugo Santana dos Santos Júnior
Analécia Dâmaris da Silva Alexandre
Fabiana Nascimento Benedik
Gisele Rodrigues Carvalho
Percília Augusta Santana
Anderson Bentes de Lima

1. Acadêmico de bacharelado em Enfermagem pela Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas – Gamaliel, Tucuruí-PA, e-mail: hugojuniorbs@bol.com.br
2. Mestranda do Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE), UEPA - Campus II, Belém-PA, e-mail: analecia7@hotmail.com
3. Mestranda do Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE), UEPA - Campus II, Belém-PA, e-mail: fabianabenedik@gmail.com
4. Mestranda do Mestrado Profissional em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE), UEPA - Campus II, Belém-PA, e-mail: - Campus II, Belém-PA, e-mail: gisele.r.carvalho@bol.com.br
5. Profa. Mestre em Cirurgia e Pesquisa Experimental (CIPE/UEPA), Docente
FACIMPA perciliaaugusta@gmail.com
6. Prof. Doutor em Biotecnologia Universidade Federal do Pará, Brasil. Professor Assistente III da Universidade do Estado do Pará, e-mail: andersonbentes@uepa.br

Introdução: Os métodos contraceptivos assegurados pela lei de planejamento familiar são ofertados nos serviços de atenção primária através da educação em saúde e a prestação de serviço assistencial da equipe multiprofissional, conforme escolha dos pacientes com o interesse de crescimento familiar futuro, ou de não reproduzir; e é de extrema relevância que essa decisão seja tomada de forma consciente, segura, e bem assistida, a fim de garantir o acesso a esse direito sexual e reprodutivo, além de evitar a gravidez indesejada e possíveis infecções sexualmente transmissíveis, não deixando de considerar os interesses de cada indivíduo e família. **Objetivos:** Nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar o perfil de adesão aos métodos contraceptivos oferecidos no Centro de Referência Integrado em Saúde da Mulher (CRISMU) em Marabá-PA. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caso descritivo, de abordagem quantitativa onde foram analisados os dados de 148 clientes, sendo 142 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, entre fevereiro e agosto de 2018. Os dados foram coletados nos prontuários, após a apresentação de 4 tipos de contraceptivos, sendo eles cirúrgicos e não cirúrgicos, analisados por faixa etária, sexo e método escolhido. **Resultados:** Observou-se que 77% do público feminino estudado optou pelo procedimento de laqueadura de trompa, 19% pelo DIU, 2% pelo preservativo e 1% não decidiram. Para o público masculino, equivalente a 4% da amostra total, a vasectomia foi o método contraceptivo de escolha. **Conclusão:** Concluiu-se que a política de planejamento familiar desde sua implementação em 1996, tem

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

demonstrado efetiva aplicabilidade em meio social, contudo os índices apontam que os métodos contraceptivos com maior representatividade ainda são os cirúrgicos, possivelmente pela baixa eficácia nas estratégias de educação em saúde e problemas relacionados com a reduzida adesão do público masculino nos serviços de planejamento reprodutivo.

Palavras-Chave: Planejamento familiar; educação em enfermagem; atenção primária em saúde.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

EXPERIÊNCIA EXITOSA: MEDIDA HETEROGÊNIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM PROL DOS SERVIDORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ EM 2016

Maurícia Macedo Ramalho

Rafael Oliveira Chaves

Marcus Vinicius Henriques Brito

Mestranda da Universidade Estadual do Pará, Marabá-PA

E-mail: mauriciavigili@hotmail.com

Introdução: Sabemos que a gestão municipal deve estar em consonância com as políticas de saúde estadual e federal, conforme os princípios e diretrizes dos instrumentos jurídicos legais que regulam o Sistema Único de Saúde (SUS). A realidade conjuntural do Município de Marabá não difere da realidade nacional, pois tem como principal desafio a estruturação e aplicação de políticas públicas na área da saúde, no entanto a cada dia esse desafio se torna mais difícil. Atualmente a infraestrutura e as condições de trabalho são cada vez mais precárias.

Objetivo: identificar quais os critérios adotados pela Justiça do Trabalho de Marabá para o bloqueio de recurso da Gestão Municipal de Marabá em 19 de Dezembro de 2016.

Metodologia: pesquisa retrospectiva e qualitativa da Ação Civil Pública nº 0010711-35.2015.5.08.0117 da Justiça do Trabalho 8º Região 2ª Vara de Marabá, através de levantamento de dados nos autos do processo para identificação dos critérios adotados pela Justiça que, justifique o bloqueio de recursos específicos do Fundo Municipal de Saúde de Marabá.

Relato de Experiência: Após a denúncia do Sindicato dos Enfermeiros para o Ministério Público do Estado do Pará, foi realizada uma auditoria minuciosa dentro dos hospitais municipais do município de Marabá, onde foram evidenciadas, inúmeras irregularidades, tanto na estrutura física quanto nas condições de trabalho dos profissionais da saúde. Diante tal situação o Ministério Público Estadual acionou a Justiça Federal do trabalho, a qual após inúmeras tentativas de insucesso para regularização da situação dos hospitais municipais do Município de Marabá decidiu bloquear cinco milhões dos cofres do Fundo Nacional de saúde para sanar as problemáticas apontadas pelos Enfermeiros e MPE.

Conclusão: A ação judicial foi de suma importância para o bom funcionamento e manutenção dos Hospitais Municipais, trazendo de forma positiva, melhoria da qualidade dos serviços. Entendemos que em um momento de crise, medidas como essa não devem ser evitadas, pois devem ser respeitadas a dignidade da pessoal humana, assegurando o direito à saúde conforme a Constituição Federal da República.

Palavras-chave: Justiça do trabalho; Gestão pública; Saúde do trabalhador;

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO: REVISÃO DE LITERATURA

¹Hugo Santana dos Santos Júnior
Percília Augusta Santana da Silva
Analécia Dâmaris da Silva Alexandre
Kecyani Lima dos Reis
Gisele Rodrigues Carvalho
Acadêmico de bacharelado em Enfermagem pela Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências
Humanas – Gamaliel, Tucuruí-PA.

Introdução: As úlceras por pressão (UP) são, geralmente, definidas como áreas localizadas de necrose celular que ocorrem sobre proeminências ósseas expostas à pressão por um período suficiente de tempo para causar isquemia tecidual. O desenvolvimento das úlceras por pressão é multifatorial, mas o principal fator é a pressão exercida sobre um capilar, entre o arcação ósseo e uma superfície, favorecendo e ocasionando a necrose tissular. Uma nutrição inadequada ou má nutrição interfere em todo o sistema corporal, podendo levar à perda de peso, atrofia muscular e redução da massa tecidual, além de ser um dos fatores mais relevantes na etiologia das úlceras de pressão, atuando na cicatrização das mesmas. **Objetivo:** investigar a produção do conhecimento sobre úlcera de pressão e a suplementação nutricional, assim como a autoria principal e o enfoque das publicações. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica nas bases de dados bibliográficos LILACS e MEDLINE, no período de 2010 a 2015. Foram selecionados dez artigos sobre o assunto chave: Eficácia da terapia nutricional enteral no processo de cicatrização das úlceras por pressão. **Revisão de literatura:** Nesta revisão da literatura identificamos que alterações do estado nutricional e risco para presença da úlcera de pressão foram frequentes em pacientes hospitalizados, tratados no domicílio ou portadores de doenças crônicas. **Conclusão:** Concluiu-se que os pacientes que apresentam risco para o desenvolvimento de úlcera de pressão podem ser identificados precocemente através da avaliação nutricional, incluindo os dados bioquímicos, mensurações antropométricas, sinais clínicos, história dietética e gasto energético. A associação entre a suplementação nutricional rica em nutrientes cicatrizantes e a adoção de uma dieta equilibrada que ofereça os nutrientes necessários em qualidade e quantidade adequada ao funcionamento do organismo tem papel essencial para a recuperação e manutenção tecidual dos pacientes com UPP.

Palavras-chave: Úlcera por pressão; Estado nutricional; Cicatrização.

I CONGRESSO PARAENSE MULTIDISCIPLINAR DE DIREITO E SAÚDE MARABÁ - PA

ANAIS – ISBN: 978-85-92752-45-3
08 a 10 de Novembro de 2019

VALIDAÇÃO DE UM MANUAL EDUCATIVO COMO TECNOLOGIA DE ENFERMAGEM PARA AVALIAÇÃO NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA

Percilia Augusta Santana da Silva

¹Hugo Santana dos Santos Junior

Kecyani Lima dos Reis

Marcus Vinicius Henrique Brito

Anderson Bentes de Lima

Jofre Jacob da Silva Freitas

Acadêmico de bacharelado em Enfermagem pela Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências

Humanas – Gamaliel, Tucuruí-PA.

E-mail: hugojuniorbs@bol.com.br

Introdução: Uma tecnologia educativa só tem validade quando está relacionada a qualidade ou condição de válido, valor, confiável legitimidade, valimento. A validade é a capacidade que o instrumento tem de mensurar com precisão o fenômeno que se deseja medir ASSUNÇÃO (2013). A validação é um processo de examinar a precisão de um instrumento ou a sua inferência a partir de scores de um determinado teste CASSIANI (2012). É mais que demonstrar o valor de um instrumento de medida, é uma investigação da totalidade do processo. O processo de validação não se esgota, pelo contrário, apresenta uma continuidade e deve ser realizado inúmeras vezes para o mesmo instrumento HENRIQUES (2015). **Objetivo:** o presente estudo objetiva validar um Manual de avaliação nutricional para atenção básica como tecnologia de enfermagem, no município de Marabá-PA. **Metodologia:** trata-se de um relato de experiência e uma pesquisa de desenvolvimento metodológico. A análise teórica é realizada por juízes, os quais avaliam a pertinência dos itens (análise de conteúdo), de acordo com PASQUALI (2012), para que o item seja pertinente, o critério a ser seguido é que exista pelo menos 80% de concordância entre os juízes. A pesquisa foi realizada durante um período de agosto de 2017 a abril de 2018. A coleta de dados foi realizada em dois ambientes: o ambiente institucional composto pela Secretaria de Saúde de Marabá e o ambiente online através de questionários do Google Docs. **Relato de experiência:** O Manual educativo impresso é uma tecnologia que serve como instrumento para ser utilizado nas práticas educativas, a fim de contribuir com as atividades de ensino-aprendizagem, porém deve estar adequado para atender às necessidades da clientela, apresentando uma linguagem adequada ao público para alcançar a informação, de fácil entendimento, objetiva, clara e que permita que o leitor faça uma reflexão crítica para a construção do seu conhecimento. **Conclusão:** Após as avaliações de conteúdo e aparência pelos juízes o Manual de Avaliação Nutricional da Atenção Básica de Marabá foi validado quanto ao seu conteúdo e à aparência. O propósito deste Manual foi promover autonomia e desenvolvimento técnico e científico para os profissionais da atenção básica

Palavras-chave: Tecnologia; Validação; Nutrição.